

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I – FUNÇÃO E CARREIRA DO PROCURADOR DO MUNICÍPIO ....</b>	<b>27</b>
1. Introdução e breve histórico .....	27
2. Leis de regência da carreira .....	31
3. Constituição e a carreira do Procurador do Município (PEC 17/2012) .....	32
4. Teto remuneratório do procurador do município .....	36
5. A constitucionalidade do recebimento dos honorários sucumbenciais pelos procuradores municipais .....	39
<b>CAPÍTULO II – FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL .....</b>	<b>41</b>
1. Conceito .....	41
2. Prerrogativas processuais.....	42
2.1. Prazo em dobro para manifestações processuais e intimação pessoal do Procurador Municipal .....	43
2.2. Citação pessoal da Fazenda Pública Municipal .....	44
2.3. Revelia e a Fazenda Pública Municipal .....	46
2.4. Contestação pela Fazenda Pública Municipal .....	47
3. Taxas e custas judiciais.....	48
4. Tutela provisória de urgência cautelar e antecipada .....	49
5. Reexame necessário .....	50
5.1. O reexame necessário e a questão intertemporal.....	53
6. Denúnciação da lide e o município .....	53
7. Prescrição em face da Fazenda Pública.....	54
8. Das súmulas aprovadas na Comissão Nacional de Advocacia Pública.....	56
9. Súmulas vinculantes aplicáveis à Fazenda Pública .....	57
10. Questões de concursos.....	61
11. Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema .....	65

<b>CAPÍTULO III – O DIREITO TRIBUTÁRIO E OS IMPOSTOS MUNICIPAIS ..</b>	<b>69</b>
1. Introdução e conceito.....	69
1.1. Sistema Constitucional Tributário (artigo 145 e seguintes).....	71
2. Princípios informadores.....	75
2.1. Princípio da legalidade tributária .....	77
2.2. Princípio da anterioridade tributária .....	83
2.3. Princípio da isonomia tributária.....	86
2.4. Princípio da irretroatividade tributária .....	88
3. Imunidades .....	90
4. Obrigação e crédito tributário .....	97
4.1. Obrigação tributária .....	97
4.1.1. Elementos da obrigação tributária .....	98
4.2. Crédito tributário .....	101
4.3. Suspensão do crédito tributário.....	103
4.4. Extinção do crédito tributário.....	107
4.5. Exclusão do crédito tributário.....	111
5. Prescrição e decadência.....	113
5.1. Decadência.....	113
5.2. Prescrição.....	115
5.3. Prescrição do crédito x prescrição intercorrente.....	118
6. AS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS.....	122
6.1. Impostos Municipais .....	127
6.1.1. Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) .....	127
6.1.2. IPTU .....	137
6.1.3. ITBI .....	144
6.2. Imposto de competência compartilhada entre estados, Distrito Federal e municípios – Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) .....	147
6.2.1. Noções Gerais .....	147
6.2.2. A Lei Complementar nº 214/2025.....	149
6.3. Impostos Estaduais .....	155
6.4. Impostos Federais .....	162
6.5. Taxas .....	167
6.6. Contribuições de melhoria.....	171
6.7. Empréstimos compulsórios.....	174
6.8. Contribuições especiais.....	175

7.	Questões de concursos.....	179
8.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema .....	185
<b>CAPÍTULO IV – A EXECUÇÃO FISCAL NO CONTEXTO MUNICIPAL .....</b>		<b>201</b>
1.	Processo administrativo tributário .....	201
1.1.	Do lançamento.....	203
1.1.1.	Modalidades de lançamento .....	205
1.1.2.	Hipóteses de alteração do lançamento .....	207
1.2.	Controle de legalidade da inscrição em dívida ativa.....	209
1.3.	Passo a passo do Procurador do Município no processo administrativo .....	210
1.4.	Fluxograma – Processo administrativo .....	211
2.	Execução fiscal .....	212
2.1.	Considerações iniciais .....	212
2.2.	Propositura e seus documentos necessários.....	213
2.2.1.	Da competência territorial .....	216
2.3.	Citação .....	217
2.3.1.	Do redirecionamento da execução para os coobrigados .....	221
2.3.2.	Dos “demais” executados.....	224
2.3.3.	Da sucessão tributária .....	226
2.4.	Busca e substituição de bens .....	229
2.4.1.	Da penhora <i>on-line</i> .....	235
2.5.	Hasta pública e adjudicação.....	243
2.6.	Isenção de taxas judiciais.....	244
2.7.	Honorários advocatícios.....	245
2.8.	Da prescrição decretada de ofício pelo juiz da execução – formalidades necessárias.....	250
2.9.	Da Resolução nº 547 do CNJ e as execuções de baixo valor.....	253
2.10.	Manifestações e defesas cabíveis pelo executado .....	256
2.10.1.	Embargos.....	257
2.10.2.	Exceção de pré-executividade .....	261
2.10.3.	As demais ações autônomas.....	264
2.11.	A medida cautelar fiscal .....	268
2.12.	Recursos cabíveis .....	269
2.13.	Alternativas à execução fiscal na arrecadação tributária .....	270

2.14.	Lei formal autorizativa do não ajuizamento de execuções fiscais de créditos de pequeno valor .....	272
3.	Passo a passo do Procurador no processo administrativo e na execução fiscal .....	274
4.	Fluxograma – Execução fiscal .....	276
5.	Modelos de peças processuais e manifestações.....	277
5.1.	Modelo de petição inicial de execução fiscal.....	277
5.2.	Modelo de petição de inclusão de sócio coobrigado .....	278
5.3.	Modelo de petição requerendo penhora <i>on-line</i> .....	279
5.4.	Modelo de petição requerendo penhora de faturamento .....	281
5.5.	Modelo de resposta à exceção de pré-executividade .....	282
5.6.	Modelo de agravo de instrumento em face de decisão que indeferiu requerimento de citação postal .....	286
5.7.	Modelo de parecer a respeito de exclusão de coobrigado da execução fiscal ...	290
5.8.	Modelo de ação cautelar fiscal.....	291
5.9.	Modelo de Embargos de declaração – Tema 1229 – STJ.....	294
5.10.	Modelo de Apelação (Resolução nº 547 – CNJ) .....	295
5.11.	Modelo de Apelação (Tema 677 – STJ) .....	297
6.	Questões de concursos.....	299
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema .....	305
<b>CAPÍTULO V – A EXECUÇÃO CONTRA O MUNICÍPIO E OS PRECATÓRIOS JUDICIAIS .....</b>		<b>341</b>
1.	A execução contra a fazenda pública e suas peculiaridades .....	341
1.1.	O cumprimento de sentença e sua defesa.....	342
1.2.	A execução de título extrajudicial e o instrumento cabível para defesa.....	344
1.3.	Cumprimento provisório de sentença em face do município.....	347
1.4.	A Súmula 306 do STJ e a sucumbência recíproca na vigência do CPC/2015.....	348
2.	Precatórios e a Fazenda Pública.....	350
2.1.	Visão geral.....	350
2.2.	A Emenda Constitucional 136/2025 e a correção monetária das condenações em face da Fazenda Pública .....	356
2.2.1.	A aplicação do artigo 1º-F nas condenações por encargos trabalhistas inadimplidos por empresa terceirizada .....	361
2.3.	EC 62: alterações no procedimento dos precatórios e a posterior declaração de inconstitucionalidade pelas ADIs 4357 e 4425.....	362

2.4.	A Lei Complementar 151 e o uso do depósito judicial pelos entes públicos .....	366
3.	Passo a passo da atuação do procurador nas execuções contra o Município e o processamento do precatório.....	368
4.	Fluxograma .....	369
5.	Modelos de petições e manifestações .....	370
5.1.	Modelo de petição de embargos à execução de RPV .....	370
5.2.	Modelo de impugnação à execução (versão simplificada) .....	370
5.3.	Modelo de manifestação em relação a sequestro de verbas públicas .....	371
5.4.	Modelo de manifestação sobre fracionamento de RPV.....	372
5.5.	Modelo de ofício requisitando informações sobre o pagamento de RPV ....	372
5.6.	Modelo de petição de concordância com os cálculos apresentados para pagamento de RPV .....	373
5.7.	Modelo de petição de execução invertida .....	373
5.8.	Modelo de impugnação a execução de sentença sobre sucumbência recíproca dentro do CPC/2015 .....	374
6.	Questões de concursos.....	375
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema .....	379
<b>CAPÍTULO VI – LICITAÇÃO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO .....</b>		<b>387</b>
1.	Conceito .....	387
2.	Natureza jurídica.....	387
3.	Princípios informadores.....	388
3.1.	Princípio da publicidade.....	388
3.2.	Princípio da legalidade.....	389
3.3.	Princípio da impessoalidade.....	389
3.4.	Princípio da moralidade.....	389
3.5.	Princípio da igualdade .....	390
3.6.	Princípio da probidade administrativa .....	390
3.7.	Princípio do julgamento objetivo.....	390
3.8.	Princípio da vinculação ao edital.....	391
3.9.	Princípio da eficiência.....	391
3.10.	Princípio do interesse público .....	391
3.11.	Princípio do planejamento.....	391
3.12.	Princípio da transparência.....	391
3.13.	Princípio da eficácia.....	391

3.14.	Princípio da segregação de funções.....	391
3.15.	Princípio da motivação .....	392
3.16.	Princípio da segurança jurídica .....	392
3.17.	Princípio da razoabilidade.....	392
3.18.	Princípio da competitividade .....	393
3.19.	Princípio da proporcionalidade.....	393
3.20.	Princípio da celeridade.....	393
3.21.	Princípio da economicidade.....	393
3.22.	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável .....	393
4.	Licitação Dispensável .....	394
5.	Inexigibilidade.....	398
5.1.	Contratação de escritório de advocacia pelo ente municipal .....	399
6.	Modalidades de licitação .....	401
6.1.	Concorrência.....	401
6.2.	Concurso.....	402
6.3.	Leilão .....	402
6.4.	Pregão.....	403
6.5.	Diálogo competitivo .....	404
6.6.	Modalidade especial de licitação – Lei Complementar nº 182/2021 – marco regulatório das startups e empreendedorismo inovador.....	405
7.	Critérios de julgamento .....	406
8.	Instrumentos auxiliares.....	407
9.	Anulação e revogação .....	407
10.	Recursos administrativos .....	408
11.	Análise da licitação pelo Procurador do Município .....	409
11.1.	Verificação de pressupostos .....	409
11.2.	Parecer Emitido .....	410
11.3.	Julgamento de recursos administrativos.....	412
12.	Passo a passo da Licitação e a participação do Procurador do Município.....	413
13.	Fluxogramas .....	414
14.	Modelos de petições e manifestações .....	415
14.1.	Parecer – prorrogação contratual.....	415
14.2.	Parecer – Abertura de Procedimento Licitatório.....	416
14.3.	Parecer – Abertura de Procedimento Licitatório.....	424
14.4.	Parecer – Sistema de Registro de Preços .....	433

15. Questões de concurso.....	447
16. Principais informativos do STJ e STF correspondentes ao tema .....	451
<b>CAPÍTULO VII – DESAPROPRIAÇÃO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO...</b>	<b>455</b>
1. Conceito .....	455
2. Natureza jurídica.....	455
3. Pressupostos .....	455
4. Fase declaratória .....	456
5. Fase executória .....	457
6. Desapropriação ordinária .....	458
7. Desapropriação extraordinária .....	458
7.1. Desapropriação extraordinária urbanística sancionatória .....	458
7.2. Desapropriação extraordinária rural .....	459
7.3. Desapropriação extraordinária confiscatória .....	459
8. Desapropriação indireta.....	460
9. Retrocessão.....	461
10. Direito de extensão.....	461
11. Ação judicial de desapropriação .....	462
11.1. Pressupostos e documentos indispensáveis .....	462
11.2. Contestação .....	463
11.3. Imissão provisória na posse .....	463
11.4. Desistência da desapropriação.....	465
11.5. Reexame necessário.....	466
12. Registro do imóvel desapropriado.....	466
13. Passo a passo da atuação do Procurador do Município.....	467
14. Fluxogramas .....	468
15. Modelos de petições e manifestações .....	469
15.1. Modelo de decreto declaratório de utilidade pública do imóvel.....	469
15.2. Modelo de decreto expropriatório.....	469
15.3. Modelo de Portaria designando comissão para laudo de avaliação .....	470
15.4. Modelo de ação judicial de desapropriação .....	470
16. Questões de concursos.....	472
17. Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema .....	477
<b>CAPÍTULO VIII – RESPONSABILIDADE CIVIL E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>487</b>

1.	Visão geral.....	487
1.1.	Responsabilidade estatal: características diferenciadoras .....	490
2.	Responsabilidade civil por defeito na pavimentação pública (buraco) .....	492
2.1.	Defesas judiciais cabíveis.....	492
2.1.1.	Preliminar de falta de interesse de agir – ausência de pedido administrativo.....	492
2.1.2.	Ônus probante e insuficiência de provas.....	494
2.1.3.	Culpa – responsabilidade subjetiva .....	495
2.1.4.	Culpa exclusiva da vítima.....	495
2.1.5.	Culpa concorrente.....	496
3.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações de responsabilidade civil .....	496
3.1.	Responsabilidade civil geral .....	496
3.1.1.	O Município como autor.....	496
3.1.2.	O Município como réu .....	496
3.2.	Responsabilidade civil por defeito na pavimentação pública.....	497
4.	Fluxogramas.....	497
4.1.	Responsabilidade Civil.....	497
4.2.	Ação de Responsabilidade Civil por Defeito na Pavimentação Pública .....	498
5.	Modelos de peças .....	499
5.1.	Modelo de petição inicial em ação de obrigação de fazer .....	499
5.2.	Modelo petição inicial de ação indenizatória .....	500
5.3.	Modelo de petição de defesa escrita em ação de responsabilidade civil por defeito na pavimentação pública .....	501
5.4.	Modelo de petição requerendo intimação pessoal – artigo 183 CPC.....	507
5.5.	Modelo de petição requerendo reabertura de prazo para defesa .....	508
6.	Questões de concursos.....	508
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema .....	513
<b>CAPÍTULO IX – ASPECTOS DO DIREITO DO TRABALHO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO .....</b>		<b>515</b>
1.	O regime trabalhista na Administração Pública – a ADI 2135 e seu julgamento .....	515
1.1.	A reforma trabalhista – Breves considerações.....	521
2.	Terceirização na Administração Pública e a súmula 331 do TST.....	522
2.1.	A responsabilidade subsidiária e a reforma trabalhista .....	528
3.	Estabilidade do empregado público .....	530

4.	Aposentadoria e extinção do contrato de trabalho .....	533
5.	Contrato temporário e verbas trabalhistas.....	536
6.	A competência da justiça do trabalho no artigo 114 da CF a partir da EC 45.....	537
7.	Restrições ao direito de greve.....	541
8.	A execução contra a Fazenda Pública Municipal no âmbito trabalhista .....	543
9.	Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho – TST.....	543
10.	Passo a passo do Procurador do Município na Reclamação Trabalhista .....	545
11.	Fluxograma .....	546
12.	Modelos de petições e manifestações .....	547
12.1.	Modelo de petição de contestação.....	547
12.2.	Modelo de petição de recurso ordinário .....	554
12.3.	Modelo de petição de agravo de petição .....	556
12.4.	Modelo de petição de recurso de revista .....	557
12.5.	Modelo de petição de contrarrazões em reclamatória trabalhista .....	561
13.	Questões de concursos .....	564
14.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema .....	570
<b>CAPÍTULO X – A SAÚDE E SUA JUDICIALIZAÇÃO .....</b>		<b>585</b>
1.	Competência constitucional .....	585
1.1.	Da (não) obrigação estatal em fornecer medicamento não registrado pela Anvisa.....	592
1.2.	Do Tema 1234 do STF e os medicamentos não padronizados pelo SUS ....	593
2.	Responsabilidade do ente público municipal .....	599
3.	Defesas judiciais cabíveis .....	602
3.1.	Preliminares.....	602
3.1.1.	Falta de interesse processual – Ausência de pedido administrativo...	602
3.1.2.	Perda do objeto .....	603
3.1.3.	Chamamento ao processo dos Entes Federados .....	604
3.2.	Do mérito.....	605
3.2.1.	Reserva do possível.....	605
3.2.2.	Judicialização da saúde pelo poder judiciário (ofensa ao princípio da harmonia entre os poderes – separação de poderes).....	609
3.2.3.	Da fixação de honorários sucumbenciais em demandas sanitárias – Tema 1313.....	610
4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações que envolvam o direito à saúde .....	611

5.	Fluxograma .....	613
6.	Modelos de petições e manifestações .....	613
6.1.	Modelo de petição de contestação envolvendo fornecimento de medicamento.....	613
6.2.	Modelo de petição de apelação.....	618
6.3.	Modelo de petição de apelação sob a alegação de perda do objeto .....	620
6.4.	Modelo de ofício requerendo a comprovação da tutela antecipada .....	622
6.5.	Modelo de contestação com preliminar do Resp nº 1.657.156/RJ – obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS (Tema 106).....	623
6.6.	Modelo de embargos de declaração (Tema 1234 – STF) .....	631
6.7.	Modelo de Recurso Especial (Tema 1313 – STJ) .....	633
7.	Questões de concursos.....	636
8.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema .....	641
<b>CAPÍTULO XI – O PAPEL DO MUNICÍPIO NO DIREITO AMBIENTAL .....</b>		<b>645</b>
1.	Considerações iniciais sobre o direito ambiental .....	645
2.	Princípios informadores.....	647
2.1.	Princípio da ubiquidade.....	647
2.2.	Princípio do desenvolvimento sustentável .....	647
2.3.	Princípio da participação .....	648
2.4.	Princípio da função socioeconômico-ambiental da propriedade .....	648
2.5.	Princípio do mínimo existencial ecológico .....	648
2.6.	Princípio da proibição do retrocesso ecológico .....	648
2.7.	Princípio do poluidor pagador e do usuário pagador.....	649
2.8.	Princípio da precaução e prevenção.....	649
3.	Competência constitucional .....	650
4.	Procedimento do licenciamento ambiental .....	653
5.	Interesse local: norma mais favorável .....	655
6.	A responsabilidade estatal no Direito Ambiental.....	656
7.	O direito ambiental em face do CPC/2015 e a (im)possibilidade de composição ....	658
8.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações ambientais – polo ativo e polo passivo.....	660
9.	Fluxograma .....	661
9.1.	Licenciamento ambiental.....	661
10.	Modelos de petições e manifestações .....	661

10.1.	Modelo de petição de recurso administrativo .....	661
10.2.	Modelo de recurso administrativo com pedido de efeito suspensivo .....	663
10.3.	Modelo de ofício referente à autuação ambiental .....	665
11.	Questões de concursos.....	666
12.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema .....	672
<b>CAPÍTULO XII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E A FAZENDA PÚBLICA....</b>		<b>681</b>
1.	Juizado especial da Fazenda Pública .....	681
1.1.	Considerações iniciais .....	681
1.2.	Pontos diferenciadores previstos na lei .....	683
1.3.	Da audiência de conciliação e sua “real” necessidade .....	687
1.4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações de competência do Juizado da Fazenda Pública.....	689
1.5.	Fluxogramas .....	690
1.6.	Modelos de petições e manifestações.....	690
1.6.1.	Modelo de petição de requerimento de cancelamento de audiência inicial.....	690
2.	Intervenção anômala .....	692
2.1.	Considerações iniciais .....	692
2.2.	Hipóteses autorizadoras .....	693
2.3.	Peculiaridades .....	696
2.4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações passíveis de intervenção anômala .....	696
2.5.	Fluxograma.....	697
2.6.	Modelos de petições e manifestações.....	698
2.6.1.	Modelo de petição requerendo a intervenção do Município .....	698
3.	Ação monitória .....	699
3.1.	Considerações iniciais.....	699
3.2.	Procedimento .....	700
3.3.	Ação Monitória em face do Município e sua (im)possibilidade .....	701
3.4.	Ação Monitória proposta pelo Município .....	705
3.5.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na ação monitória ..	705
3.6.	Fluxograma – Ação Monitória em face do Município .....	706
3.7.	Modelos de petições e manifestações.....	706
3.7.1.	Modelo de embargos à ação monitória .....	706
4.	Suspensão de liminar/segurança.....	711

4.1.	Considerações iniciais.....	711
4.2.	Procedimento .....	715
4.3.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na suspensão de segurança/liminar .....	718
4.4.	Fluxograma.....	718
4.5.	Modelos de petições e manifestações.....	719
4.5.1.	Modelo de suspensão de segurança.....	719
5.	Reclamação constitucional .....	731
5.1.	Considerações iniciais.....	731
5.2.	Procedimento .....	733
5.3.	Hipóteses de cabimento.....	734
5.3.1.	Preservar a competência dos tribunais (artigo 988, I) .....	735
5.3.2.	Garantia da autoridade de decisões de Tribunal (artigo 988, II)....	735
5.3.3.	Garantia da observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade (artigo 988, III).....	735
5.3.4.	Garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência (artigo 988, IV) .....	735
5.4.	Reclamação Constitucional e as Súmulas Vinculantes .....	736
5.5.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na reclamação cons- titucional.....	737
5.6.	Fluxograma.....	738
5.7.	Modelos de petições e manifestações.....	738
5.7.1.	Modelo de reclamação constitucional.....	738
6.	Ação civil pública no contexto municipal .....	749
6.1.	Considerações iniciais.....	749
6.2.	O artigo 16 da LACP .....	751
6.3.	Breves noções sobre o termo de ajustamento de conduta.....	753
6.4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na Ação Civil Públi- ca.....	754
6.5.	Fluxograma.....	755
6.6.	Modelos de petições e manifestações.....	755
6.6.1.	Modelo de termo de ajustamento de conduta.....	755
6.6.2.	Modelo de contestação em ação civil pública.....	756
6.6.3.	Modelo de contraminuta de agravo de instrumento em ação civil pública.....	760

7.	Ação rescisória.....	761
7.1.	Considerações iniciais.....	761
7.2.	A Fazenda Pública na Ação Rescisória.....	766
7.3.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na ação rescisória....	767
7.4.	Fluxograma.....	768
7.5.	Modelos de petições e manifestações.....	768
7.5.1.	Modelo de ação rescisória – petição inicial .....	768
7.5.2.	Modelo de contestação em ação rescisória .....	775
8.	Mandado de Segurança .....	782
8.1.	Considerações iniciais.....	782
8.2.	Prazo de interposição.....	785
8.3.	Legitimidade ativa e passiva no Mandado de Segurança.....	785
8.4.	Espécies de Mandado de Segurança .....	786
8.5.	Hipóteses vedadoras de utilização do mandado de segurança .....	789
8.6.	Concessão de liminar em mandado de segurança.....	789
8.7.	Das informações prestadas.....	790
8.8.	Da possibilidade de desistência do mandado de segurança.....	790
8.9.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município no mandado de segurança.....	791
8.10.	Fluxograma.....	792
8.11.	Modelos de petições e manifestações.....	792
8.11.1.	Modelo de petição de cadastramento.....	792
8.11.2.	Modelo de manifestação em mandado de segurança.....	793
8.11.3.	Modelo de informações em mandado de segurança.....	794
9.	Questões de concursos.....	802
10.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema .....	808

## **CAPÍTULO XIII – O ESTATUTO DA CIDADE E O PAPEL DO MUNICÍPIO EM SEU CUMPRIMENTO..... 821**

1.	Considerações gerais sobre direito urbanístico .....	821
2.	O Estatuto da Cidade.....	823
3.	O Plano Diretor.....	826
4.	Dos instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade.....	827
4.1.	Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.....	828
4.2.	IPTU progressivo no tempo.....	830
4.3.	Desapropriação com pagamento em títulos.....	831

4.4.	Usucapião especial de imóvel urbano .....	833
4.5.	Direito de superfície .....	836
4.6.	Direito de preempção .....	838
4.7.	Outorga onerosa do direito de construir e alteração do uso do solo.....	840
4.8.	Operações urbanas consorciadas e potencial adicional de construção .....	841
4.9.	Transferência do direito de construir.....	844
4.10.	Estudo de impacto da vizinhança.....	845
5.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município Nos instrumentos de política urbana – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios – IPTU progressivo no tempo – desapropriação.....	847
6.	Fluxograma – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios – IPTU progressivo no tempo – desapropriação.....	848
7.	Modelos de petições e manifestações .....	848
7.1.	Modelo de ação judicial de desapropriação .....	848
7.2.	Modelo de petição inicial de execução fiscal tendo por objeto o IPTU progressivo no tempo.....	850
8.	Questões de Concursos .....	851
9.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema .....	858

**CAPÍTULO XIV – A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA DENTRO DO CONTEXTO MUNICIPAL .....** **861**

1.	Noções gerais (e as alterações trazidas pela EC nº 103/2019).....	861
2.	O regime previdenciário municipal e suas características peculiares .....	867
2.1.	O § 1º do artigo 149 da CF/1988 .....	867
2.2.	A não regularidade previdenciária do município e suas consequências.....	869
3.	A Emenda Constitucional nº 136/2025 e o parcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos dos Municípios.....	871
4.	Passo a passo da atuação do procurador do município na instituição da contribuição social, nos termos do artigo 149, § 1º, CF/1988 .....	876
5.	Fluxograma .....	877
6.	Questões de Concursos .....	877
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema .....	881

**CAPÍTULO XV – A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB) E A LEI FEDERAL Nº 13.465/2017 NO CONTEXTO MUNICIPAL .....** **885**

1.	Noções gerais .....	885
2.	Objetivos.....	887
3.	Instrumentos da Reurb.....	887

4.	Procedimento.....	888
5.	Legitimados para solicitar a Reurb.....	890
6.	O papel do município dentro da Reurb.....	892
7.	Passo a passo.....	893
8.	Fluxogramas.....	893
9.	Modelos de petições e manifestações.....	894
9.1.	Modelo de Requerimento.....	894
10.	Questões de concursos.....	895
11.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema.....	899
<b>CAPÍTULO XVI – OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A FAZENDA PÚBLICA.....</b>		<b>901</b>
1.	Considerações iniciais.....	901
2.	Os negócios jurídicos processuais no CPC/2015.....	904
3.	O papel da Fazenda Pública nos negócios jurídicos processuais.....	908
4.	Passo a passo da atuação do procurador nos negócios jurídicos processuais.....	912
5.	Fluxograma – negócios jurídicos processuais.....	912
6.	Modelos de petições e manifestações.....	913
6.1.	Modelo de petição de acordo com a alteração da data da audiência designada.....	913
6.2.	Modelo de petição de negócio jurídico processual versando sobre acordo sobre prazos e medidas a serem tomadas.....	913
7.	Questões de concursos.....	917
8.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema.....	920
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>		<b>923</b>